



# 13

PLÍNIO FREIRE GOMES

## Tabuleiro intelectual

### O PENSAMENTO DE UM HEREGE SETECENTISTA PERSEGUIDO PELA INQUISIÇÃO

“Ainda que seja loucura, há método nela (...) Quão prenhes de significado são suas respostas! Uma felicidade que freqüentemente a loucura alcança, e que a razão e a sensatez não poderiam parir de forma tão próspera” (W. Shakespeare, *Hamlet*) (1).

Na manhã do dia 18 de outubro de 1741, em Lisboa, o desembargador Joaquim Rodrigues da Santa Marta Soares comparece à Inquisição para “denunciar coisas a ella pertencentes”. Tendo sido iniciada a audiência, disse que, por ordem de Sua Majestade, prendera há bastante tempo nessa cidade um ex-colono do Brasil chamado Pedro de Rates Henequim. E que com ele foram encontrados alguns manuscritos nos quais, além de revelar seu conhecimento da Cabala judaica, postulava que “a fornicação *simplex* e ainda o estado de concubinato se devia absolver *toties quoties* e que o confessor que não absolvía ao penitente nesse estado pecava mortalmente” (2).

Ao saber disso, seu irmão Teodósio da Santa Marta Soares (que era doutor em teologia) o aconselhou logo “a vacillar e fazer mau conceito da crença” do indivíduo. Em seguida, ambos decidiram ouvi-lo para descobrir o que ele realmente pensava. A conferência deve ter sido demorada, pois o notário do Santo Tribunal registraria uma longa série de concepções heréticas.

Examinemos algumas delas. O prisioneiro insistia em afirmar que

PLÍNIO FREIRE GOMES é pós-graduando em História Social do Departamento de História da USP.

A CRUCIFIXÃO, TELA DE EL GRECO

Neste artigo apresento alguns trechos da minha dissertação de mestrado, *Um Herege Vai ao Paraíso*. Agradeço à pro<sup>a</sup> Laura de Mello e Souza pelo empenho em publicá-lo.

1 Foi esta a definição dada pelo conselheiro Polônio sobre o estado de Hamlet, sem perceber que o príncipe fingia-se de louco (II, 2; pp. 208-14).

2 Processo de Pedro de Rates Henequim, ANTT 4.864 - abreviado de agora em diante como *Pr. H.* -, fôlio 5. (Por “fornicação *simplex*”, o direito canônico entendia a cópula entre homem e mulher solteiros. Modalidade que se contrapunha às diversas formas de “fornicação qualificada” - incesto, adultério, estupro, defloramento de virgens e freiras, rapto e sodomia. Cf. Ronaldo Vainfas, *Trópico dos Pecados*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 66.)

Jardim do Éden se localizava no meio do Brasil, onde podia ser encontrado o fruto com o qual Adão e Eva foram tentados pela serpente - a nossa conhecidíssima banana. Além disso, o anjo da espada de fogo, colocado por Deus na entrada do Paraíso com o objetivo de impedir o ingresso dos mortais, “era totalmente apócrifo, porque pelo Querubim se entendia o Filosofo Aristoteles e seus sequazes, os quais negarão aquella grande parte do mundo”. Ele acrescentava ainda que, à semelhança do homem, a natureza angélica era feita de terra; e que se dividia em entidades masculinas e femininas. Por fim, assegurava que “todas as divinas pessoas têm corpo, ainda que spiritual, assim como têm tão bem corpo spiritual os anjos e a Virgem Nossa Senhora” (3).

No dia seguinte, era a vez do padre Teodósio relatar ao Tribunal o conteúdo da fatídica conversa. Novamente o notário teria motivos para se queixar dos ossos (e calos) do seu ofício: foram mais catorze fólhos de denúncias quase idênticas às que haviam sido compiladas anteriormente (4). Embora se mostrassem tão prolixos na delação das erronias de Henequim, os irmãos Santa Marta deixaram uma lacuna irreparável. Por que D. João V mandou prendê-lo? Qual crime ele teria cometido antes de blasfemar contra a fé?

Ao que tudo indica, tratava-se de um gravíssimo delito político. De fato, existem informações que identificam Henequim como o principal envolvido numa trama destinada a romper com a autoridade do monarca. Antecipando em meio século os episódios da Inconfidência Mineira, o objetivo da misteriosa conjura seria aclamar o infante D. Manuel rei do Brasil. Desnecessário dizer que, caso saísse vitoriosa, ela resultaria já na libertação da colônia (5).

O fato é que, três dias após a primeira denúncia, o suspeito era conduzido aos Estaus - a sombria edificação onde funcionava o aparelho inquisitorial. Jurando sobre os Evangelhos dizer a verdade e manter segredo, Henequim afirma ser natural de Lisboa, onde nascera em 1680. Ainda que este fosse seu primeiro interrogatório, ele não se mostra intimidado. Sem dúvida, tinha noção do perigo que começava a correr e parecia pesar cuidadosamente cada frase. Mesmo assim, não deixa de expor suas extravagantes opiniões. Perguntado, como era

de praxe, se desejava confessar-se “para descargo de sua consciência, salvação de sua alma e bom despacho da sua causa”, responde que

“não tem cometido culpas (...) cujo conhecimento pertença ao Santo Officio. Porque ainda que elle com o largo estudo das Scripturas tenha alcançado muitos segredos athe aqui não revelados, ou manifestos a pessoa alguma (...) nenhum dos seus sentimentos se afasta do que a Igreja ensina, nem se oppoem à Fé catholica, por serem allem della” (6).

Evidentemente, os inquisidores querem saber no que consistem esses sentimentos situados “além dela”. Lapidando argumentos repletos de referências bíblicas, Henequim inicia um discurso no qual são apresentadas suas idéias sobre a criação do universo. Descreve uma entidade ferosa primordial e o complicado surgimento da “Natureza Divina”, formada por nada menos que sete deuses classificados em machos e fêmeas.

A seguir, Henequim se dispõe a penetrar nos segredos anatômicos da genitora de Cristo. No seu entender, ela possuía uma conformação genital muito peculiar - “para parecer menina faltavão-lhe as tetas e se tivesse signal de homem seria circuncidada”. De fato, Maria possuía vulva mas não orifício, o que a impossibilitava de expurgar sêmen ou mênstruo. Aliás, as representações iconográficas nas quais ela aparece com a Lua debaixo dos pés indicariam precisamente sua vitória sobre as regras feminis: “porq’ na mão das donzelas, por mais honestas que sejam, por fragilidade do sexo, não está o reprimirem tais evacuações”. Em resumo, a pobre não era apenas *Virgo* (virgem), como também *Virago* - “que significa em bom português ‘virgem varonil’”. E nesse ponto ele foi categórico: “a Senhora trouxe de varão (...) tudo o que não prejudicava ou impedia o ser mãe do Divino Verbo” (7).

Depois de recolherem tais temeridades, os inquisidores iniciam a etapa seguinte do processo. Feitos os juramentos regulamentares, Henequim é perguntado sobre suas origens e apressa-se a afirmar que se tinha na conta de cristão-velho. Porém, reconheceu que era fruto dos amores ilícitos de uma moça de baixa extração com o cônsul holandês em Lisboa. Filho bastardo de pai protestante e

3 Pr. H., ff. 5-13.

4 Idem, ff. 14-27.

5 Essa notável passagem biográfica de Henequim foi narrada por Ernesto Ennes em: *Dois Paulistas Insignes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, vol. 1, pp. 98-100. Recentemente outros documentos que confirmam as suposições de Ennes foram descobertos pela historiadora Adriana Romeiro, cuja tese de doutorado deverá esclarecer o episódio.

6 Trecho do primeiro interrogatório, 15 de novembro de 1741; Pr. H., ff. 148-56.

7 Depoimentos recolhidos no interrogatório do dia 29 de novembro de 1741. Idem., ff. 160-6.

mãe católica, o pequeno Pedro passou a infância oscilando entre os ensinamentos de ambas as fés. E, por conta disso, recebeu uma educação religiosa singularmente rica (embora sempre bifacetada).

No início do século XVIII, essa dicotomia assumiria feições bem concretas na forma de dois convites de imigração. Enquanto a familiaridade com os holandeses do consulado lhe oferece a chance de partir para a terra paterna, seu confessor o exorta a tentar a sorte no Brasil. Temente a Deus e fiel seguidor da Santa Madre Igreja, Henequim opta pela segunda alternativa. Mas, ao fazê-lo, estava inadvertidamente se safando da heresia calvinista para cair num cenário onde as impiedades vicejavam como insetos no calor da mata tropical. Metido já nas primeiras levas de aventureiros excitados pelo sonho dourado das Gerais, nosso emboaba conheceria os tumultos provocados pelo nomadismo e pela quase absoluta ausência de lei ou ordem. Este caldo de cultura(s) que, numa confusão babélica, atritava valores, crenças, línguas foi a principal força motriz da sua ansiedade mística. Após viver por cerca de duas décadas no Brasil, ele regressou à metrópole em 1722 com o espírito repleto de idéias novas (8).

Como uma mente tão multifacetada foi vista pelas pessoas que a contactaram? Curiosamente, as testemunhas convocadas durante o pleito foram unânimes em apontar a lucidez e extrema ilustração do réu. Um criado da casa onde Henequim estivera detido a mando do rei declarou não perceber nada de anormal em seu comportamento, acrescentando que era pessoa de “muytas letras”. Aliás, quando o desembargador Santa Marta decidiu transferi-lo para a justiça religiosa, já havia anunciado tratar-se de alguém dotado de “muyto bom entendimento, de huma grande erudição e vastíssima noticia da Escripura Sagrada” (9). O mesmo conceito seria expresso pelo co-autor da denúncia, padre Teodósio. Depois de classificar os pensamentos do preso como “depravados”, reconheceu que o “dito homem tem agudeza e vastidão nas Escripturas” (10).

Porém, a avaliação mais curiosa sobre a personalidade de Henequim desponta no exame que os “qualificadores” fizeram dos seus manuscritos. Como se sabe, o Santo Ofício costumava valer-se de especialistas altamente versados em assuntos doutrinários

para determinar a natureza de qualquer manifestação suspeita (11). E os quatro pareceres anexados ao processo Henequim seguem à risca esta norma. Percorrê-los significa acompanhar um longo rosário de referências a heresias e concílios que se estende por 91 fólhos. Era como se, do ponto de vista da cultura erudita, todos os desacertos do passado fossem insuficientes para oferecer algum termo de comparação àquela estranha cosmologia.

Antes de desfiar sua cantilena, o teólogo José de Araújo admitiu ter lido “com grande espanto as erradas proposições” do réu. Já o seu colega Caetano Gouvêa afirmou sem meios-tons que “em toda a historia eclesiastica se não achão similhantes monstruosidades” (12). Indignado, ele faz questão de sugerir que só um demente poderia concebê-las. Ao analisar as teses sobre o surgimento da Trindade a partir de um deus-fogo primordial, escreve: “são tantas as palavras como os delirios”. Poucas linhas depois volta a atacá-las quase com a mesma terminologia - “mais parecem delirios que heresias”. E diante do trecho onde Henequim diz estar sob a luz do Espírito Santo (de quem teria aprendido “misterios nunca ouvidos, nem pensados dos homens”), conclui que tal indivíduo

“não era illuminado, mas allucinado; porque o Esp<sup>o</sup>. S<sup>o</sup>. sendo a mesma verdade que não pode mentir, lhe não havia de ensinar o contrário de que tem ensinado à Igreja na Escripura, na tradição e nos concílios” (13).

À primeira vista, portanto, D. Caetano parecia mais disposto a encarar Henequim como um simples louco do que incriminá-lo por heresia. No entanto, compreender onde ele pretendia chegar com a palavra “delírio” requer certo cuidado. Desde o período medieval, os doutores da Igreja haviam estabelecido uma estreita ligação entre as noções de heterodoxia religiosa e loucura. Em 1215, com efeito, o papa Inocêncio III condenou a seita dos cátaros argumentando precisamente que “sua doutrina deve ser considerada *tão herética quanto insana*” (14).

Todavia, também é preciso levarmos em conta que D. Caetano escreveu em meados do século XVIII. E, segundo Michel Foucault, a idéia de loucura assumira ali uma

8 Informações coletadas nas sessões de 15 de fevereiro e 7 de junho de 1741. Idem, ff. 173-84.

9 Idem, respectivamente ff. 255 e 12.

10 Idem, ff. 252-3.

11 Antônio Borges Coelho, *Inquisição de Évora*, Lisboa, Caminho, 1987, vol. 1, pp. 66-7; Elias Lipiner, *Santa Inquisição: Terror e Linguagem*, Rio de Janeiro, Documentário, 1977, p. 116.

12 E ainda acrescenta que Henequim “cahe em tantos e tam absurdos erros a cerca da Divindade que não he facil reduziolos debaxo de hum sistema”. *Pr. H.*, respectivamente ff. 40 e 59.

13 Idem, ff. 59, 61 e 80.

14 Apud Norman Cohn, *Na Senda do Milênio*, Lisboa, Editorial Presença, 1981, p. 127. (Grifo meu.)

conotação bastante específica. Após ter possuído durante o Renascimento sua própria linguagem, na medida em que representava a face irrisória e complementar da razão (pensemos, por exemplo, nos diálogos entre Hamlet e Polônio), ela começaria a perder todos os privilégios. Abandonada a si mesma, a figura do insensato não podia mais servir como um freio satírico contra a arrogância dos homens ditos ajuizados: os comportamentos excêntricos foram reduzidos à mera condição de “prova *a contrario* daquilo que é, em sua natureza positiva, a razão” (15).

Nesse contexto, não haveria como condenar Henequim caso a opinião de que fosse louco acabasse prevalecendo. Por julgarem algo que poderíamos incluir hoje no rol dos chamados “crimes de consciência”, os inquisidores precisavam satisfazer uma condição básica: só era possível caracterizar a culpa de heresia quando o suspeito se tornava juridicamente responsável pelos próprios *pensamentos*. Apontar aquele conjunto de proposições teológicas como obra de um mentecapto implicava em desprezar seu potencial subversivo. Seria o mesmo que, de antemão, livrar o réu da fogueira para lhe oferecer o destino aparentemente mais brandido da clausura num manicômio.

A trilha percorrida pelos inquisidores segue, na verdade, o sentido inverso. Eles captaram a dimensão ameaçadora da cosmologia de Henequim, fazendo tudo para tratá-la enquanto tal. Não nos esqueçamos de que os dispositivos legais do Santo Ofício estabeleciam sempre um jogo de cartas marcadas. E como já mostrou Antônio José Saraiva, a postura tendenciosa dos juízes constituía parte integrante do processo (16). De fato, no caso que temos em mãos, os depoimentos foram tomados com o nítido propósito de excluir a hipótese da demência. As chamadas “testemunhas de capacidade do réu” fornecem respostas claramente estereotipadas: Henequim seria reiteradas vezes descrito como homem “prudente” e “maduro”, dotado de “juízo perfeito”, “sem lúcidos intervalos”, etc.

Quando foi convidado a entrevistá-lo no cárcere, o iracundo D. Caetano teve o cuidado de apresentar um parecer inteiramente diverso daquele que formulara na condição de qualificador. Se antes havia reprimido de modo tão áspero as “alucinações”

do réu, agora comparece à Mesa para afirmar o contrário: “o dito preso (...) não tem loucura, nem queixa física no entendimento” (17). Meses depois, seus colegas que também conversaram com Henequim, dariam opiniões muito similares (18). Mas é só nos últimos fólios do processo que a intenção dos inquisidores ao coletarem essa longa série de depoimentos vem à tona. Pois, ao acusarem-no de heresia, concluem solenemente que não poderia

“o escusar desta culpa [nem] loucura, nem ignorancia; porq<sup>to</sup>. das diligencias que se lhe fizerão sobre a sua capacidade se prova q. o Reo não tem falta de entendim<sup>to</sup>., nem padece algu’a especie de loucura” (19).

Entretanto, se ultrapassarmos os meandros da argumentação inquisitorial, como poderemos interpretar a personalidade de Henequim? Até que ponto iam a sua loucura e a sua lucidez? São questões espinhosas, porque é difícil cobrir o abismo que separa nossa curiosidade das preocupações expressas pelo Santo Ofício. Ao tomarem a palavra, os membros da Mesa costumavam citar vários trechos bíblicos no intuito de pôr à prova cada uma daquelas heresias. Como resposta, ouviam outras tantas menções do mesmo gênero. O duelo, porém, quase nunca transcendia o nível da disputa microscópica entre exegeses divergentes. Para nossa infelicidade, os inquisidores estavam bem mais interessados em justificar suas próprias acusações do que em descobrir algum princípio ordenador no mosaico de versículos reivindicados pelo réu.

Evidentemente, em determinados momentos esta linha de investigação chegaria a ser esboçada. A certa altura, por exemplo, tentam saber de Henequim em quais autores encontrou as proposições que vinha proferindo. Cheio de si, como sempre, ele observa que:

“em nenhum Expositor da Biblia achou os seus sentimentos porque todos não só errarão, mas terão negação para o acerto (...) *por ignorarem os principios a que ella por intervalos se vay sempre reduzindo*”.

De fato, acrescenta que o Tribunal esta-

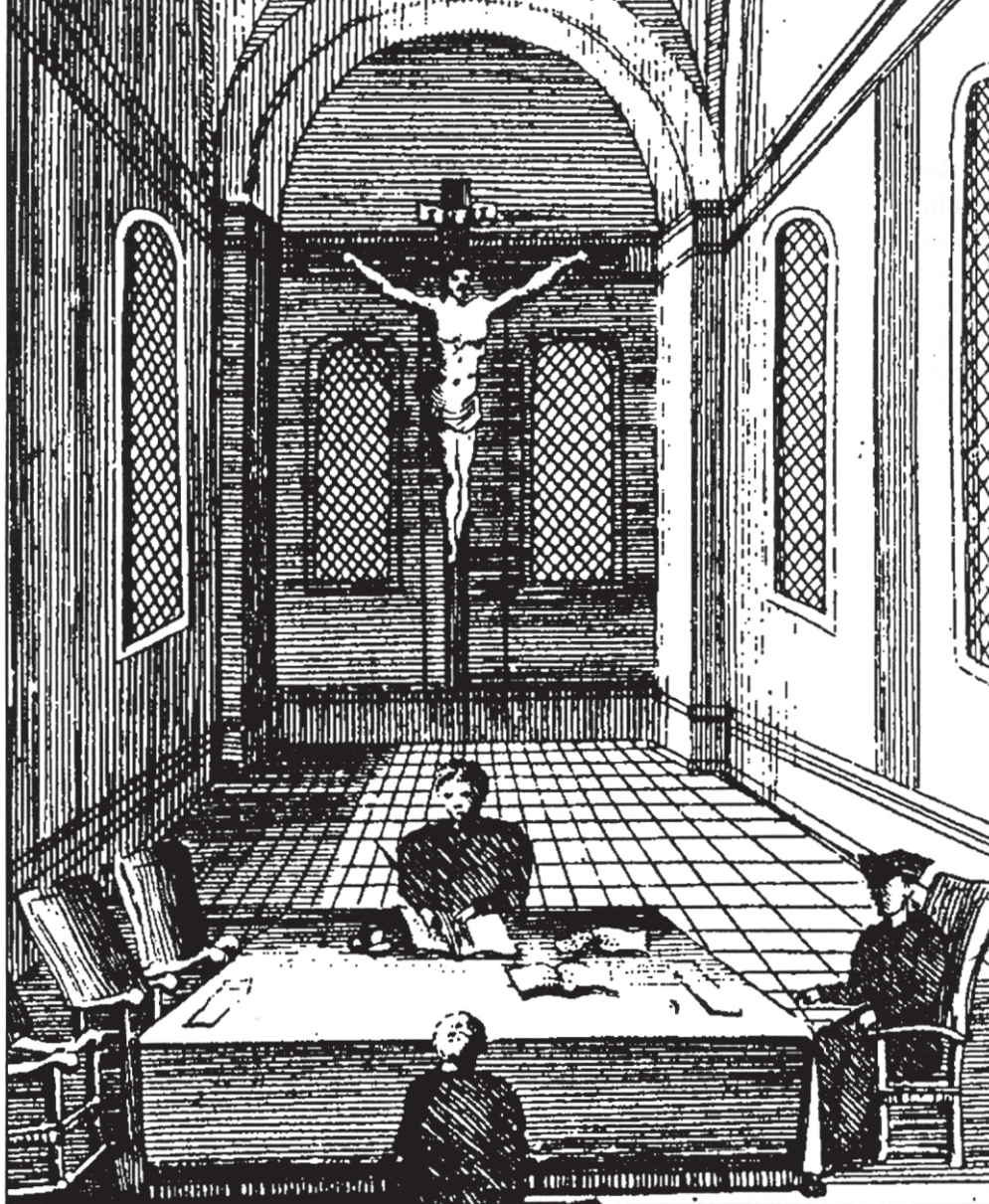
15 Michel Foucault, *História da Loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 509.

16 Segundo ele, “a parcialidade do tribunal do Santo Ofício era de alguma forma institucional”, Antônio José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 3ª ed., Porto, Inova, 1969, p. 76.

17 Mesmo assim, não deixou de acrescentar que encontrara nele “uma grande soberba e presunção de sábio”, *Pr. H.*, f. 277.

18 O primeiro confirmou que o acusado “não he louco, nem tem falta alguma no entendimento, antes (...) o tem fino, prompto e huma grande memoria”; já o segundo observou que Henequim teria um juízo “claro e vivo”, *Pr. H.*, ff. 405 e 409.

19 *Idem*, f. 429.



INTERROGATÓRIO DO SANTO OFÍCIO, INSTITUIÇÃO CONCEBIDA NO SÉC. XIII, PARA SUPRIMIR HERESIAS

va interrogando ninguém menos que “o verdadeiro Expositor della” (20).

Os inquisidores desconsideram o enigmático atrevimento da afirmação e optam por repetir a pergunta. Talvez imaginassem que não haviam sido compreendidos. Mas a tréplica de Henequim será ainda mais significativa ao postular que, diante de qualquer livro, apenas “toma o bom e despreza o mau, e tudo julga mau que faz contra os seus sentimentos, por serem só estes os que concordão com os princípios, meios e fins de toda a Bíblia”. Ou melhor, longe de interpretá-la no sentido literal, ele reconheceu que havia empregado uma espécie de filtro de leitura. Na verdade, a idéia segundo a qual o texto sagrado possui “princípios” incógnitos ainda seria insistentemente repisada em outras ocasiões. Ao comentar as entrevistas que manteve com dois qualificadores enviados pela Mesa, o réu os

chamou de néscios - “porque logo conheceo serem tão ignorantes da Scriptura que nem a questão universal della sabião” (21).

Resta saber no que consistia essa “questão universal” (ou “Sciencia”) das Escrituras. Como os inquisidores não formularam a pergunta, o próprio Henequim se encarregaria de expor os segredos da sua técnica interpretativa. Durante a sessão “*In specie*”, ele finalmente enumera o que os pobres qualificadores ainda precisavam conhecer antes de criticá-lo:

“o lugar aonde está o Paraíso Terreal e o lugar das delicias delle; os quatro rios que delle manão, os lenhos da vida e sciencia; a fruta em que Adão pecou, as folhas com que se cobriu, a arvore aonde se escondeu; se o Paraíso está ou não povoado de gentes e quaes são os seus costumes, a linguagem que falão, e a que falou Adão”.

20 Idem, ff. 305-6. (O grifo é meu.)

21 Aliás, nessa mesma passagem, Henequim não esconderia sua irritação. Se alguém ali merecia ser qualificado, sugeriu, eram eles qualificadores. E, após acusá-los de desconhecerem uma certa “Sciencia das Scripturas”, disse estar muito admirado “de que o Santo Officio dé credito ao que semelhantes homens disserão”. Idem, ff. 297-8.

Sem dispor desse conjunto de dados botânicos, geográficos e até mesmo etnográficos seria impossível entender a palavra de Deus. Pois, conforme nos ensina o herege, suas diferentes partes “se vão referindo sempre a estes princípios”. E, dado que os doutores da Igreja ignoram completamente tal particularidade,

“não sabem dizer as terras que alagou o Dilúvio de Noé e as que ficaram em seco, nem sabem, nem podem saber nada do *Cantica Canticorum* (...) dos *Psalmos* e Profetas sabem muyto pouco (...) e falam tão confusamente no Testamento Novo” (22).

Portanto, como diria Polônio, é tudo loucura: mas “há método nela”. A base da percepção herética assumida por Henequim era redefinir as Escrituras enquanto um arranjo sistêmico, cujas mensagens seriam interligadas por pressupostos ocultos (daí a idéia de que seu conteúdo estaria continuamente se “reduzindo”). Em cada trecho ou personagem bíblico existiria a ressonância de parâmetros que evocavam o tema do Paraíso. Nesse sentido, a imagem da “estrutura folheada” - que, segundo Claude Lévi-Strauss, constitui os mitos - talvez não lhe soasse tão estranha (23). O modo através do qual ele lidava com seus conhecimentos teológicos pode facilmente ser identificado ao de um genuíno mitógrafo. Realmente, a racionalidade de Henequim trazia profundas marcas das três operações lógicas que guiam aquele tipo de narrativa: oposição, correlação e inversão. Tais foram os mecanismos que lhe possibilitaram seccionar mitos em pequenos fragmentos coerentes e reordená-los numa doutrina inteiramente nova (24).

Caberia inclusive associarmos Henequim à volúpia dos indivíduos que Roland Barthes chamou de “logotetas” - os fundadores de línguas (25). Nosso personagem também parecia obcecado pela idéia de inscrever o Universo no tabuleiro de uma meticulosa combinatória. O sentido geral da sua Cabala era, com efeito, sublinhar a harmonia numérica que cerca todas as coisas. Ali, o espaço apresenta-se enquadrado em determinadas proporções geométricas, dando a impressão de que as distâncias entre o céu e a terra teriam sido traçadas à

régua pelas mãos do Criador (26). E, como ocorre no caso da cronologia profana, a própria eternidade poderia ser repartida em intervalos de tempo mensuráveis (27). Nesse imenso xadrez, a posição e os movimentos das peças seriam matematicamente regidos por Deus mediante as conjugações de um prosaico jogo de dados (28).

Na verdade, é bem provável que estejamos nos deparando aqui com o principal ponto de contato entre Henequim e o seu contexto histórico. Apesar das tradições que o inspiraram se reportarem a um passado bastante remoto, como é o caso das lendas sobre o Paraíso Terrestre ou das influências judaicas, o espírito com o qual ele as absorveu era perfeitamente ocidental e moderno. Afinal, durante o período que se seguiu às convulsões do Renascimento, uma generalizada busca de ordem contagiaria as mais diversas esferas da vida social. No plano político, por exemplo, assistiu-se ao processo de centralização do poder sob a égide do Estado absolutista. Enquanto isso, o cotidiano das elites letradas passaria a ser governado pela intrincada ritualística da etiqueta. Era a época dos manuais: quer nos malabarismos da política internacional, quer nos rigores do comportamento à mesa, não havia nada que escapasse às prescrições de algum tipo de receituário (29).

O mesmo fenômeno se difundiria amplamente no terreno religioso. Basta lembrar o invencível apetite por disciplina e organização que caracterizou a personalidade de Santo Inácio de Loyola. Nos escritos deste outro logoteta, fica patente o desejo de contabilizar os pecados, os suplícios e os próprios erros de cálculo num curioso correlato místico da acumulação primitiva que inaugurava o capitalismo (30). Paralelamente, os critérios para que o simples mortal ascendesse à categoria de santo sofreriam uma significativa mudança. Segundo Jean Delumeau, a preocupação em ser útil e a exaltação da caridade começaram a prevalecer sobre o ascetismo contemplativo. Os autênticos heróis da fé tridentina deviam auxiliar moribundos, combater heresias protestantes ou procurar o martírio em terras longínquas - levando, entre as lições do Evangelho, o apostolado da eficácia (31).

Assim, quando nos debruçamos sobre as extravagantes concepções de Henequim, não podemos desconsiderar o fato dele ha-

22 Idem, f. 317.

23 Para o grande etnólogo, as gestas míticas são caracterizadas pelo primado da repetição, à semelhança de uma “estrutura folheada”. A linha da sucessão temporal que as percorre apresenta seqüências superpostas, fundando relações simultaneamente diacrônicas e sincrônicas. *Antropologia Estrutural*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985, p. 264.

24 De fato, suas 101 proposições estão muito próximas das unidades elementares dos mitos, os célebres *mitemas* de Lévi-Strauss. Op. cit., pp. 243-4.

25 R. Barthes, *Sade, Fourier, Loyola*, Lisboa, Edições 70, 1979.

26 Nas propos. II: 7 e 13 o eixo que liga o Paraíso-Brasil ao Trono de Deus passa exatamente pelo centro do disco solar, estabelecendo uma relação de perpendicularidade com o Equador.

27 Nas propos. II: 17 e 18, Henequim indica as várias divisões e subdivisões que demarcam a passagem do tempo, sugerindo que cada dia do ano de Deus seria composto por “366 eternidades”. Já na prop. II: 30, ele estipula que os algarismos foram cedidos aos anjos para que *contassem* “os dias, annos e tempos”.

28 A representação do Deus jogador surge nas teses I: 40 e II: 31, onde o herege quase reduz a noção de destino a uma espécie de teoria da probabilidade. Segundo ele, na mesa do Divino Trono, o Altíssimo costuma “brincar sobre o globo terrestre” (*ludens in orbe terrarum*), arremessando dados em cujas faces “estão gravadas as Letras de que se formarão os nomes de Jeova e Maria; e conforme as letras que os dados dão faz Deus as suas obras *ad extra*”.

29 Nas palavras de Eduardo d'Oliveira França: “O século XVII é eminentemente normativo. Chega a dar a impressão de ser utilitarista”. *Portugal na Época da Restauração*, São Paulo, USP, 1951, pp. 23-42.

30 R. Barthes, op. cit., pp. 71-3.

31 J. Delumeau, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, P. U. F., 1971, pp. 103-9.

ver nascido no século XVII - o mesmo de homens como Descartes, Pascal e Newton. Nem tampouco que, no domínio musical, a elaboração da sua cosmologia foi contemporânea ao advento da chamada “afinação bem temperada”. Na época em que Henequim ansiava por enxergar o mundo como parte de uma ordem transcendente, Johann Sebastian Bach compunha seu principal conjunto de obras para cravo, submetendo os intervalos da escala cromática a padrões rigidamente matemáticos (32).

Mas, uma vez que a tendência regularizadora vinha ocupando tantas áreas do pensamento europeu, ele poderia ter se limitado a almejar a santidade pela via da ajuda ao próximo. Ou utilizado suas observações sobre os frutos e rios do Novo Mundo para contribuir com o florescimento das ciências naturais, como fizera dois séculos antes seu patrício Garcia da Orta (33). Por que, então, optou justamente pelo caminho da indagação mítica? Quais respostas esperava encontrar ali?

A melhor pista, creio, reside na intuição lévi-straussiana que define o mito como um modelo lógico criado para o ser humano pensar as contradições inerentes ao seu meio cultural. Pois toda sociedade é composta por complexos simbólicos que, embora atuem de forma solidária, sempre se mantêm irreduzíveis entre si. As trocas econômicas, a linguagem, a arte ou a religião são instâncias distintas, cujas possibilidades de entrosamento *não* estão dadas de antemão (34). No caso de Henequim, essa problemática seria levada às últimas conseqüências: estamos falando de alguém que, além das dissonâncias da própria cultura, conheceu de perto uma conflituosa mescla de povos articulada pelo Império colonial português.

Desde as rivalidades domésticas entre católicos e calvinistas que polarizaram sua infância, até o encontro com o babélico tumulto racial das Gerais, ele nunca deixou de assistir ao embate de visões de mundo que nada tinham de solidárias. Sob os tentáculos da dominação lusa, setores populares, cristãos-novos foragidos, mestiços, negros e índios das mais diversas etnias circulavam por vastos territórios, transportando (e realimentando) sistemas cognitivos altamente discrepantes. Para Henequim, portanto, os mitos representavam uma maneira de fazer frente a essa realidade fragmentária. A formidável ousadia mística

assumida por ele originou-se da tentativa desesperada de superar o permanente impasse dialógico que o cercava. Incapaz de se fixar numa única forma de perceber a realidade, seu intelecto era movido pelo esforço de coletar na voz dos interlocutores tudo o que parecia fazer sentido.

Assim, aquela cosmologia deve ser encarada como um grande *bricolage* (35). Ela não resultava dos delírios de quem a elaborou, mas sim de um olhar retrospectivo sobre totalidades míticas já constituídas. Ao nutrir-se em várias fontes simultaneamente, seu conteúdo justapunha elementos heteróclitos que, longe de emanarem dos céus, pertenciam a um contexto muito bem delineado. A sexualidade dos anjos, a crença cabalística no poder das letras, a devoção à Virgem e as bananas do Paraíso nos oferecem um minucioso inventário dos assuntos que o herege discutira com os homens de então. Mais do que isso: nos ajudam a pressentir, para além do saber dominante, a existência de circuitos culturais dotados de vida própria.

\*\*\*

Mergulhado no âmago das tensões que sempre caracterizaram o contato entre o Velho e o Novo Mundo, Henequim conseguiu a façanha de não se perder nos caminhos insondáveis da loucura. Como poucos, ele soube conviver com as diferenças, tentando incorporá-las a uma outra ordem racional. Porém, seu erro foi acreditar que poderia convencer todos - inclusive os inquisidores - a fazerem o mesmo. O brilhante mitógrafo não compreendeu que o Santo Ofício representava poderes cuja razão de ser era justamente excluir o múltiplo.

Após um processo que se arrastou por quase três anos, os juízes o declararam “herege convicto, ficto, falso, simulado, confitente diminuto, variante e impenitente”. Na sentença final constava a perda dos bens, a infâmia dos ascendentes e descendentes, o estrangulamento pelo garrote e uma instrução expressa para que seu corpo fosse “pelo fogo reduzido a pó e cinza, de sorte que nem delle nem de sua sepultura possa haver memoria alguma”.

Com a boca amordaçada e trajando o sambenito dos heresiarcas, Henequim foi conduzido em auto-de-fé pelas ruas de Lisboa e executado diante da família real no dia 21 de junho de 1744... Mas sua memória ainda continua viva.

32 José Miguel Wisnik, *O Som e o Sentido*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 121.

33 Cf. Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal”, in *Ensaio*, Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1972, tomo II, pp. 36-9.

34 C. Lévi-Strauss, “Introdução: a Obra de Marcel Mauss”, in M. Mauss, *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, Edusp, 1974, pp. 9-11.

35 Baseio-me em: C. Lévi-Strauss, *O Pensamento Selvagem*, Campinas, Papirus, 1989, pp. 32-8.